



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

CELINA ISABEL ANDRÉ ARCANJO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO OLHAR DE PROFESSORES/AS DO
MUNICÍPIO DE LIBOLO - PROVÍNCIA DE KWANZA SUL - ANGOLA**

ACARAPE-CEARÁ

2023

CELINA ISABEL ANDRÉ ARCANJO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO OLHAR DE PROFESSORES/AS DO
MUNICÍPIO DE LIBOLO - PROVÍNCIA DE KWANZA SUL - ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso – apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. A Dra. Geranilde Costa e Silva.

ACARAPE-CEARÁ

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de
Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Arcanjo, Celina Isabel Andre.A698e

Educação especial inclusiva no olhar de professores/as do município de Libolo - Província de Kwanza Sul - Angola / Celina Isabel Andre Arcanjo. - Redenção, 2023.

44f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva.

1. Educação - Angola. 2. Educação inclusiva. 3. Professores.
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.09673

CELINA ISABEL ANDRÉ ARCANJO

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO OLHAR DE PROFESSORES/AS DO
MUNICÍPIO DE LIBOLO - PROVÍNCIA DE KWANZA SUL - ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, como requisito para obtenção de título de Licenciada em Pedagogia.

Data da Aprovação: 27/11/2023

Nota: 9,0 (nove)

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
GERANILDE COSTA E SILVA
Data: 13/12/2023 16:23:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Documento assinado digitalmente
LUIS CARLOS FERREIRA
Data: 13/12/2023 20:31:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB



Documento assinado digitalmente
JOSERLENE LIMA PINHEIRO
Data: 15/12/2023 16:21:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me abençoado sempre e por me dar forças para chegar até aqui, segundo a minha mãe, cujo amor incondicional e apoio incansável foram a âncora que me manteve firme durante essa jornada acadêmica. Mãe obrigada por ser a minha inspiração, nenhuma conquista seria completa sem o apoio da minha mãe suas palavras de encorajamento foram meu combustível durante todo esse processo.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Geranilde Costa por ter aceito fazer parte desse trabalho, pois foi um privilégio ser guiada pela mesma. Obrigada pela sua disponibilidade e sua dedicação nessa trajetória.

Agradeço ao meu irmão que sempre se mostrou presente, Gilson Armindo e Gilson L. Pembele, por todo apoio e incentivo.

A minha maninha Telma Silva pela parceria e companheirismo nesta caminhada, minha amiga Carla Pina que a UNILAB me presenteou e obrigado por todo seu carinho e lealdade.

À Johana Maia, por sua amizade, desde o primeiro dia de aula nossa amizade se mantém viva e cheia de cumplicidade até os dias de hoje. Katia Silva por todo amor e cuidado principalmente nos momentos mais difíceis, ao Antonio Gustavo por todos momentos bons. Sem esquecer aos meus amigos/as Diandra Cunha, Mauro Jorge, Augusto Pacato, Augusto Panzo.

A todos que de certa forma contribuíram de forma direta e indireta, pois saibam que vocês foram uma parte fundamental na minha vida. A todos que de certa forma contribuíram de forma direta e indireta, pois saibam que vocês foram uma parte fundamental na minha vida

RESUMO

Este estudo objetiva analisar como se dá o processo de atendimento educacional às crianças com deficiência, no município de Libolo- Kwanza-Sul, Angola. Kwanza Sul é uma das 18 províncias de Angola e está situada no litoral Centro- Oeste, ocupando uma extensão de 55.660 km². A província faz fronteira a Norte e Nordeste pelos rios Longa e Kwanza, a sul com as províncias de Luanda, Kwanza Norte, Malange e Benguela. Ao sudeste pela província do Bié, Huambo e com o Oceano Atlântico a oeste. Dentro desta perspectiva, a problemática do trabalho se insere no processo de inclusão das crianças com deficiência visual do município do Libolo, situado na província. Dessa forma, este trabalho tem como objetivos específicos: Compreender os fatores que influenciam para exclusão de crianças com deficiência no sistema educacional no município do Libolo; Entender como se dá o processo de aplicação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva em Angola. Tendo em conta a pesquisa em questão destacamos o embasamento teórico com base nos objetivos traçados, para a realização da mesma, uma vez que foi realizado um estudo qualitativo com uma abordagem descritiva, um dos aspectos importantes desta investigação, permitiu constatar que a educação inclusiva em Kwanza-Sul enfrenta desafios significativos relacionados à falta de formação de professores, infraestrutura inadequada e acesso limitado para crianças com deficiência. Dos resultados, o estudo aponta alguns dos desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva em Angola, incluindo a falta de infraestrutura, carência de escolas, falta de preparo dos professores e a necessidade de equipamentos adequados para crianças com deficiência. A formação de professores foi destacada como uma área crucial que precisa de mais atenção, para lidar com alunos com necessidades especiais foi mencionada como um desafio significativo

Palavras-Chave: Angola; Educação; Inclusão; Libolo.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the process of educational assistance to children with impairment occurs in the municipality of Libolo- Kwanza-Sul, Angola. Kwanza Sul is one of the 18 provinces of Angola and is located on the Central-West coast, covering an area of 55,660 km². The province is bordered to the North and Northeast by the Longa and Kwanza rivers, to the south with the provinces of Luanda, Kwanza Norte, Malange and Benguela. To the southeast by the province of Bié, Huambo and the Atlantic Ocean to the west. Within this perspective, the problem of the work is part of the process of inclusion of children with visual impairments in the municipality of Libolo, located in the province of Kwanza Sul-Angola. Therefore, this work has the following specific objectives: Understanding the factors that influence the exclusion of children with impairments in the educational system in the municipality of Libolo; Understand how the process of applying public policies aimed at inclusive education takes place in Angola. Taking into account the research in question, we highlight the theoretical basis based on the objectives outlined for carrying it out, since a qualitative study was carried out with a descriptive approach, one of the important aspects of this investigation, it allowed us to verify that inclusive education in Kwanza-Sul faces significant challenges related to a lack of teacher training, inadequate infrastructure and limited access for children with disabilities. In summary, the interviewees' suggestions include investing in special schools, providing continuous training and promoting inclusion throughout the educational system. These results highlight the importance of effective actions by the government and society to ensure quality inclusive education in Angola

Keywords: Angola; Education; Inclusion; Libolo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-(Mapa de Kwanza Sul) 18

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIFICATIVA	12
3 OBJETIVOS	15
3.1 OBJETIVO GERAL.....	15
3.1.1 Objetivos específicos.....	15
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
5 REFERENCIAL TEÓRICO	18
5.1 A PROVÍNCIA DE KWANZA SUL EM ANGOLA	18
5.2 ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ANGOLA.....	19
5.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ANGOLA.....	21
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
7 CONCLUSÕES.....	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE	38

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa intitulada “*Educação especial inclusiva no olhar de professores/as do município de Libolo - província de Kwanza Sul - Angola*”, que nasceu por meio de minhas experiências pessoais ainda em Angola e que foram reforçadas a partir dos estudos realizados sobre a temática da Educação especial na perspectiva da educação inclusiva nos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU) e Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Ceará.

Reconhecemos que as crianças desempenham um papel fundamental no futuro de qualquer sociedade, para proteger seu bem-estar físico e emocional em um ambiente saudável, os direitos universais das crianças, conforme consagrados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO, 1990) , são de extrema importância. A UNESCO, como parte das Nações Unidas, desempenha um papel crucial na promoção da educação, ciência e cultura para crianças em todo o mundo, garantindo que tenham acesso a educação de qualidade e estejam protegidas contra a exploração. É essencial que a sociedade esteja ciente desses direitos e trabalhe ativamente para implementar políticas e práticas que garantam o bem-estar e o futuro promissor das gerações.

Compreendemos que as crianças representam o futuro de qualquer sociedade, a elas são conferidos os direitos universais consagrados pela com objetivo de garantir a sua proteção física, emocional em ambiente saudável.

As crianças por lei têm os seus direitos salvaguardados, ainda assim diariamente assistimos a violação desses direitos, sobretudo no que diz respeito à ausência de políticas públicas. Sendo que essa situação se agrava quando se trata de uma criança com deficiência, assim:

Ser criança com alguma deficiência é ainda mais desafiante, pois tem de enfrentar preconceitos culturais, estigmas, rótulos e limitações em todo o tipo de recursos e acesso a serviços de apoio necessários à sua integração social e inclusão escolar. (PATATAS; SANCHES, 2017, p. 65).

Embora a legislação proteja os direitos das crianças, é lamentável que, na prática, esses direitos muitas vezes são violados, e a situação se agrava significativamente quando se trata de crianças com deficiência, isso ocorre, em grande parte, devido à falta de políticas públicas abrangentes e eficazes que garantam o pleno respeito aos direitos das crianças com deficiência. engloba medidas para promover a inclusão na educação, a acessibilidade em locais públicos, a

conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e a eliminação do estigma e da discriminação

Esses direitos muitas vezes são violados, e a situação se agrava significativamente quando se trata de crianças com deficiência, isso ocorre, em grande parte, devido à falta de políticas públicas abrangentes e eficazes que garantam o pleno respeito aos direitos das crianças com deficiência. engloba medidas para promover a inclusão na educação, a acessibilidade em locais públicos, a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e a eliminação do estigma e da discriminação.

Dessa forma, é importante apresentar o conceito de Deficiência, que segundo a Lei nº 13.146 (6 de Julho de 2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Considera-se pessoa deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015).

É evidente que as crianças com deficiências são as mais afetadas pela exclusão, muitas vezes impedidas de desfrutar plenamente de seus direitos, nesse contexto, a responsabilidade recai tanto sobre a sociedade civil quanto sobre os governos, com destaque para o papel crucial que o governo de Angola desempenha. Sendo assim Camara destaca que:

Ainda por cima, pode-se dizer que a maior parte das crianças angolanas sofre, de maneira diversa, dos traumatismos provocados pela guerra que viveram. As consciências foram duramente atingidas, daí a necessidade de uma nova abordagem pedagógica no período de construção da paz. (CAMARA, 1998, p. 6).

Somos diferentes, uns nascem com deficiências físicas, mental, intelectual ou sensorial, etc. No entanto, cada deficiência tem a sua peculiaridade, que precisa ser inclusive respeitada, por isso não devemos ignorar e discriminar quando nos deparamos com as mais diferentes deficiências. Assim a instituição responsável pela educação dos sujeitos deve facilitar a interação e inclusão de indivíduos principalmente no tocante ao acesso a bens e serviços de forma igualitária.

Frente às questões acima esse trabalho de pesquisa foi organizado por meio dos seguintes capítulos: No primeiro capítulo, a parte introdutória onde apresento uma visão geral do trabalho, introduzindo o tema e seu contexto, no segundo capítulo, compartilho minhas experiências pessoais que influenciaram a escolha do tema e discuto a importância da pesquisa

no contexto da educação especial e inclusiva. No terceiro capítulo, apresento os objetivos gerais e específicos do trabalho, esclarecendo claramente os resultados que pretendo alcançar.

Seguindo no quarto capítulo descrevo a metodologia adotada na pesquisa, incluindo detalhes sobre as fontes bibliográficas e documentais utilizadas, bem como os dados empíricos coletados em Angola por meio da aplicação de um questionário online, no quinto capítulo, fornece informações essenciais sobre a província onde a pesquisa foi realizada, contextualizando o ambiente e seu relevante contexto educacional. No sexto capítulo apresento uma síntese da história da educação em Angola, situando o desenvolvimento do sistema educacional do país. No sétimo capítulo, discuto em detalhes a educação inclusiva, seus princípios fundamentais e os desafios associados, preparando o terreno para a análise dos resultados da pesquisa.

No oitavo capítulo é dedicado à apresentação e análise dos resultados obtidos na pesquisa, destacando as principais conclusões e descobertas. No último capítulo, faço uma síntese geral da pesquisa, resumindo os principais pontos e destacando a importância dos resultados. Na sequência as referências e apêndices, que corroboram as fontes e aspectos da pesquisa.

2 JUSTIFICATIVA

O motivo que me levou a escolha deste tema, é que primeiramente sou da província de Kwanza Sul, especificamente do município de Libolo. Minha mãe e irmãos são todos da citada província. Aos seis (6) anos de idade parti para Luanda, capital de Angola, onde morei na casa de uma tia, irmã da minha mãe. Nesse lugar tive todo meu crescimento até o início da fase adulta. Todavia, nas minhas férias passei sempre em Kwanza-Sul para visitar a minha família e amigos.

Por causa dos meus estudos na capital, não percebi a realidade e a exclusão das pessoas com deficiência visual no que concerne à educação e às políticas públicas do município em questão. Até que em 2009 quando terminei a 5^o classe e fui de férias para Libolo lá percebi que a filha da vizinha da minha mãe, tinha deficiência visual, o que a levava a não brincar com as outras crianças. Face a essa situação perguntei à minha mãe o porquê de ela não sair de casa nem para brincar.

A resposta dada pela minha mãe deixou-me tão comovida que logo percebi que ela não estava a aproveitar a infância pelo fato de ser deficiente visual. Assim, percebi que de certa forma esse tipo de deficiência acabava por intervir no desenvolvimento da citada menina como pessoa e, conseqüentemente, ela era impedida de se socializar com as outras crianças. De acordo com Fernandes e Feijó (1998):

As crianças têm oportunidade de brincar e aprender juntamente umas com outras as crianças, esta interação entre elas ajuda as crianças com necessidades especiais a compreenderem melhor as crianças consideradas “normais” e vice-versa. As crianças aprendem desde muito cedo a vencer as barreiras que poderão encontrar na escola e na comunidade, o que lhes permitirá uma maior adaptação social. (FERNANDES; FEIJÓ, 1998, p. 100).

Diante do relatado caso e em conversa com a minha mãe, a mesma explicou-me que na província de Kwanza-Sul nenhuma escola recebe crianças com deficiência visual, e assim os/as professores/as não têm formação específica para lidar com esses/as estudantes.

No entanto, há uma crença tradicional de associar a deficiência às forças sobrenaturais do mal em muitas sociedades, incluindo Angola e países africanos como Guiné-Bissau, é essencial trabalhar de forma colaborativa para promover a inclusão e o respeito pelas pessoas com deficiência em todas as sociedades. Essas crenças prejudiciais podem ser desafiadas por meio da educação, da sensibilização, do empoderamento das pessoas com deficiência e da advocacia por leis e políticas que protejam seus direitos.

Na sociedade guineense, alguns grupos étnicos têm como prática cultural assassinar crianças deficientes. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, os Balantas, Mancanhis e Manjacos, em alguns casos elimina fisicamente crianças com deficiência, alegando que as crianças que nascem com uma deformidade, é “iran”. Sendo, portanto, amaldiçoada, ou seja, a punição de Deus, à sua família. (CORREIA, 2017, p.7).

Nos anos de 1975 a 2002, ou seja, 27 anos foram consumidos com uma intensa guerra civil que provocaram danos humanos e materiais nefastos em todo território nacional. O setor da educação, por exemplo, sofreu com a escassez de professores/as e a insuficiência de escolas que garantisse a inclusão educativa. A falta de recursos financeiros suficientes nos períodos pós-independência e pós-guerra, caracterizam as posteriores políticas de educação especial orientadas para a inclusão (ANTONIO; MENDES; GOLZÁLES, 2021). Assim, as famílias que têm algum parente com essa deficiência visual foram obrigadas a migrar para outras províncias que têm escolas que as acolhem, sejam as crianças assim como os adultos.

Depois de um tempo participei do processo seletivo para estudar no Brasil, após muitas dificuldades financeiras acabei recebendo a notícia da minha aprovação. Quando cheguei à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2018, fui informada que no final do curso de Bacharelado em Humanidades teria que apresentar um projeto ou pesquisa científica. Na ocasião pensei logo em falar sobre a educação especial inclusiva especificamente em minha província, sendo essa uma oportunidade de me debruçar sobre esse problema com o qual as crianças com deficiência visual enfrentam na referida província.

Outro elemento importante para a escolha desta temática de pesquisa está relacionada ao fato de ter atuado, enquanto estudante do curso de Pedagogia, como cuidadora através de um programa da Secretaria Municipal da Educação na cidade de Redenção (CE). Prestando apoio às crianças com deficiências em salas de aula regulares, com carga horária de 20h semanais, durante (1) ano atuando em (3) três escolas da rede e com diferentes crianças com deficiência distintas. Neste percurso foi possível perceber que o atendimento prestado aos alunos com deficiência vai muito além daquilo que é o “só cuidar”, ou seja, suas obrigações estão também vinculadas ao incentivo das mesmas para o desenvolvimento de habilidades e competência, de modo a se tornar cada mais autônomas.

De modo que passei a realizar atividades com essas crianças que possuem deficiência com o intuito de elas pudessem adquirir múltiplas competências e habilidades de comunicação, interpretação e compreensão dos discursos, além de apresentarem debates que defendem a igualdade, tolerância e respeito à diversidade social.

Assim, essa relação entre a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a rede de escolas públicas da região do Maciço Baturité, estimula a articulação teoria e prática nos cursos da licenciatura e nos modos operantes dos seus estudantes no futuro. Torna uma relação muito produtiva no ponto de vista metodológico, visando à convivência e a atuação dos futuros pedagogos, fazer parte dessa experiência como cuidadora me fez ter uma noção maior da responsabilidade de trabalhar com essas crianças, porque vai muito além de fazer só papel de cuidadora e ter uma compreensão maior sobre a educação inclusiva, humanista e integradora.

Por outro, em Kwanza-Sul grande parte da população depende exclusivamente da agricultura, ou seja, do campo, por esse motivo são muitas dificuldades para realizar a formação escolar. Não somente as pessoas com deficiência visual têm de migrar para outras províncias bem como também jovens, que partem em busca de uma formação melhor ou de um emprego digno.

Consideramos que a pesquisa em questão é de grande relevância, pois tenciona contribuir com um estudo que versa sobre a Educação Inclusiva, principalmente no contexto da província de Kwanza-Sul, com ênfase para a inclusão de estudantes cegos ou com baixa visão. De modo a contribuirmos com a finalidade de construção de uma sociedade sem preconceito e discriminação para com as pessoas que possuem algum tipo de necessidade educativa especial.

Desta forma, tem-se como pergunta de pesquisa: *Como se dá o processo de atendimento educacional às crianças com deficiência no município de Libolo- Kwanza-Sul, Angola?* Para alcançarmos as respostas a esse questionamento elencou-se objetivos que são apresentados em seguida

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como se dá o processo de atendimento educacional às crianças com deficiência no município de Libolo- Kwanza-Sul, Angola.

3.1.1 Objetivos específicos

- Compreender os fatores que influenciam para a exclusão de crianças com deficiência no sistema educacional no município do Libolo;
- Entender como se dá o processo de aplicação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva em Angola.

Na perspectiva de alcançar os objetivos descritos, buscamos organizar e orientar a pesquisa tendo em vista alguns procedimentos metodológicos que são apresentados no próximo capítulo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Destacamos o embasamento teórico com base nos objetivos traçados, para a realização da mesma, uma vez que será realizada uma pesquisa qualitativa com uma abordagem descritiva. Gil (2010) assevera que nas pesquisas qualitativas de abordagem descritivas os/as entrevistados/as são incluídos neste grupo, por terem como objetivo levantar as opiniões, atitudes, e crenças, de uma população, e também se assemelham com as exploratórias no sentido de coletas de dados.

A metodologia qualitativa é um método que nos permite captar muito além da dimensão da quantidade, ou seja, que nos dá o direito de interpretar e não apenas fazer uma estimativa. Já segundo Creswell (2010, p. 206): “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados”. Permitindo, assim, ao/a pesquisador/a uma aproximação de resultados convenientes através das suas técnicas e/ou mecanismos que permite conhecer ideias ou conhecimentos do que está sendo pesquisado. Nessa linha de pensamento, Minayo (2002,p. 21) enfatiza que “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Sendo assim, podemos dizer que o método qualitativo se unifica permitindo com que haja uma espécie de cruzamento entre as fontes de caráter bibliográfico e de caráter documental a partir de consultas de livros, artigos, monografia, dissertações, leis da constituição de Angola, o que nos possibilitará a compreender melhor sobre tema aqui proposto.

De acordo com Gil (2010) a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes, pois pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto contido em livros, artigos científicos, já a pesquisa documental atenta numa trilha de diversas fontes, como o autor coloca que não receberam nenhum tratamento profundo.

A coleta dos dados foi realizada com pessoas que residem em Angola propriamente na província de Kwanza-Sul, no município de Libolo, com por meio de entrevistas (documento on-line). Assim, com as informações resultantes da coleta de dados, espera-se ampliar o conhecimento diante da área que desenvolve abordagem com essa proposta de discussão, por tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

Segundo o entendimento de Marconi e Lakatos (2010), nesse tipo de entrevista o/a entrevistador/a tem a liberdade de desenvolver cada situação em qualquer direção e deixar o

entrevistado/a sentir-se confortável de modo a expressar a sua opinião livremente. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão de maneira a percorrer mais a fundo o assunto.

As entrevistas foram direcionadas de forma individual e online. As mesmas foram realizadas em maio de 2023, onde aplicamos um questionário com 6 (seis) questões abertas, com dois (2) diretores/as de ensino primário e (1) professor, os 3 entrevistados/as residem na província em questão assim como atuam nas escolas do ensino primário (infantil).

A escolha dos/as diretores/as se deu pelo fato da importância da atuação dos/as mesmos/as, isto é, do acompanhamento que realizam na instituição junto ao corpo docente do ensino primário (infantil), por meio de ações, orientações e planeamento compartilhado com os/as docentes. Quanto à escolha do/a professor/a, se deu por este/a atuar diretamente em sala de aula e que percebem no dia-a-dia os desafios e avanços dos/as estudantes, pois são esses indivíduos que acabam por ser o/a mediador/a do conhecimento junto às crianças.

No início de cada entrevista, fiz questão de estabelecer uma comunicação eficaz ao explicar claramente o propósito e os objetivos da pesquisa, apresentei uma visão geral do estudo e seu significado para a comunidade em Kwanza Sul, no entanto, enfrentei desafios, uma vez que a conectividade à internet era escassa na região, o que resultou em longos períodos de desconexão para os entrevistados.

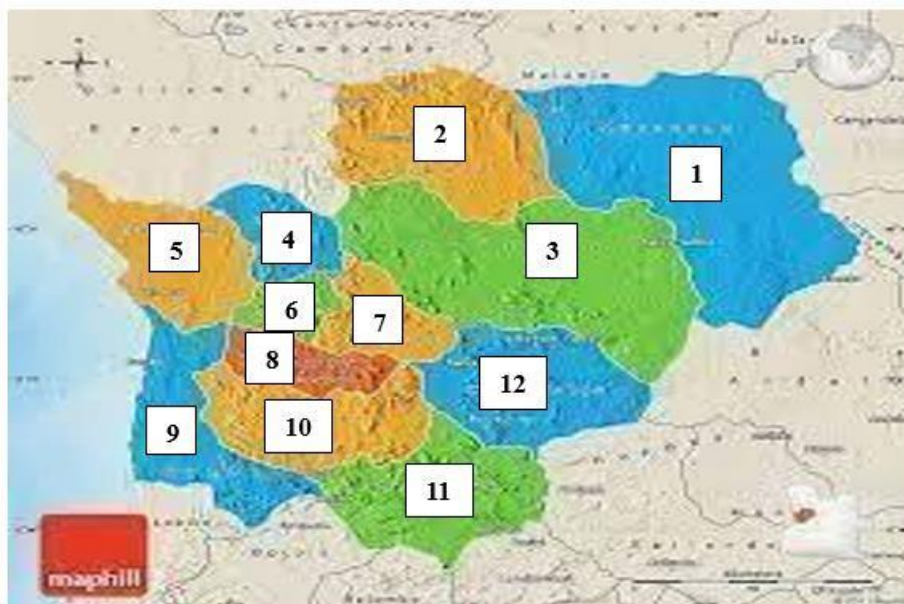
Após detalhar a pesquisa, os entrevistados demonstraram interesse e receptividade em participar. Eles consentiram de forma voluntária e esclarecida, concordando com os termos estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o que reforçou a importância da ética na condução do estudo. O próximo capítulo do trabalho visa ampliar a compreensão dos leitores sobre a Província de Kwanza Sul, em Angola. Pretendo apresentar informações detalhadas sobre geografia e outros aspectos relevantes que contextualizam o cenário da pesquisa.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 A PROVÍNCIA DE KWANZA SUL EM ANGOLA

Nesta seção, descrevemos a localização geográfica da área de estudo, Kwanza Sul é uma das 18 províncias de Angola e está situada no litoral Centro-Oeste, ocupando uma extensão de 55.660 km². A província faz fronteira a Norte e Nordeste pelos rios Longa e Kwanza, a sul com as províncias de Luanda, Kwanza Norte, Malange e Benguela. Ao sudeste pela província do Bié, Huambo e com o Oceano Atlântico a oeste. A mesma contém 12 (doze) municípios, nomeadamente: Conda, Amboim, Ebo, Mussende, Cassongue, Quibala, Porto Amboim, Quilenda, Seles, Waku Kungu e Libolo, tendo o município do Sumbe como a capital.(INE,2016).

Figura 1 -Mapa de Kwanza Sul (1 Mussende; 2 Libolo; 3 Quibala; 4 Quilenda; 5 porto Amboim; 6 Amboim; 7 Ebo; 8 Conda; 9 Sumbe; 10 Seles; 11 Cassongue; 12 Waku Kungu



Fonte:<http://www.maphill.com/angola/cuanza-sul/maps/political-map/shaded-relief-outside/>

A província tem potencialidade no que diz respeito aos recursos naturais e a reprodução agrícola. Em aspectos gerais, a maioria das famílias vivem dessa produção agrícola que é a principal fonte de renda. Libolo é um dentre os doze (12) municípios da província de Kwanza Sul, está localizado na costa ocidental de África, ocupa uma área territorial de 5.920 km² e tem uma população estimada em 103 mil habitantes. O município é constituído por quatro (4) comunas, nomeadamente: Calulo, Cabuta, Munenga e Quissongo.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educacional (Lei n. ° 13/01) de Angola, especificamente no capítulo 8, artigo 73, decreta que o governo deve elaborar um plano de emergência para a construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento, visando ampliar a rede escolar, priorizando o ensino primário. Mas ainda assim em Kwanza-Sul sente-se muito a falta de escolas, principalmente escolas inclusivas, motivo pela qual grande parte da população migra para outras províncias pertencentes ao território nacional. Luciano (2014) explica que para contornar os problemas enfrentados pela população diante dessa situação, o Estado angolano que se faz representar pela pasta do Ministério de Educação (MED),

[...] tem como compromisso impulsionar a transformação do seu sistema educativo para que se consolide a educação inclusiva nas 18 províncias do País, prevendo-se que todos os alunos possam participar e beneficiar com sucesso dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem. (LUCIANO, 2014, p. 75).

Diante das informações destacadas acima, é possível constatar uma omissão por parte do governo para com essas crianças e jovens que vêm sendo ignorados/as, e isso não se pensa só nas crianças com deficiência. É bem verdade que tem algumas províncias e municípios na região sul que ainda carecem de escolas, o que torna o cenário ainda mais complexo quando se pensa em inclusão.

Logo abaixo será exposto alguns aspectos da História da Educação Angolana.

5.2 ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ANGOLA

Para melhor descortinar o contexto no qual a pesquisa foi realizada, consideramos importante fazer uma breve apresentação tanto geográfica, política e social de Angola. Sendo este um país que faz parte do continente africano, localizado na região da África Austral. O país divide fronteiras com os seguintes países: ao Norte pela República Democrática do Congo, a Leste pela República da Zâmbia, a Sul pela República da Namíbia e ao Oeste, por sua vez, o país é banhado pelo Oceano Atlântico. O mesmo é composto por 18 províncias, tendo Luanda como a capital e a Língua Portuguesa como língua oficial. O território angolano ocupa uma extensão territorial de 1.246. 700 km². De acordo com a projeção do Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2023), a população angolana está estimada para o corrente ano em 34.094.077 de habitantes.

Angola teve uma presença colonial portuguesa em seu território que começa nos restantes finais do século XV (especificamente em 1482) (PEMBELE, 2022) que perdurou até a metade da década de 70, período que dita a celebração da independência assinalada em 11 de

novembro de 1975. De acordo com Zau (2002), decorrente dos princípios constitucionais da República, a partir de 1975, implementa um sistema de ensino público regido pelo princípio da gratuidade do ensino logo após a independência de Angola, o que provocou uma explosão escolar, sobretudo na pré-escola e na 1ª classe.

A se notar que, em 1973, o número de alunos e alunas, em todo o ensino primário, era de 512.942, dos quais um terço era de nacionalidade portuguesa. Com a falta de infraestruturas e de recursos humanos suficientes, tanto em quantidade e qualidade, podemos desde logo afirmar, que os dois primeiros anos após a independência, no sector da educação, se caracterizaram pelo levantamento de graves problemas. Estavam matriculadas 1.026.291 crianças, nos quatro primeiros anos de escolaridade em Angola, assimétricamente distribuídos por 15 províncias. (ZAU, 2002, p. 70).

De acordo com Ferreira (2016), a influência colonial deixou uma marca profunda nas instituições herdadas do processo de industrialização e tecnificação, ella resultou na desvalorização ou até mesmo na negação da rica tradição africana, ao mesmo tempo em que promoveu o surgimento de elites locais com o propósito de integrá-las no contexto do sistema global. Sobre essa questão Zau (2002) diz que:

Evidentemente que, aquilo que se ensinava respeitante à África, era apenas para criar no aluno o sentimento de que Portugal era uma grande potência civilizada e, por isso, qualquer revolta contra a colonização, estava desde logo condenada ao fracasso. (ZAU, 2002, p.73).

Já no contexto africano a educação não formal nos dá um contacto com a nossa cultura, pensar no outro enquanto pessoa em comunidade, não está preocupada em formar pessoas somente para trabalhar, mas está preocupada em formar pessoas como um ser social que pensa em todos e que valoriza a tradição local.

Como menciona Pembele (2022) nessa prática educativa, a criança bantu desde muito cedo é instruída a conhecer os valores da família, cultura e da sociedade e esses valores não eram transmitidos nunca em instituições físicas, até porque do contexto em que se fala não existia. Inicialmente, a criança aprende dentro do próprio ambiente familiar, comunidade e grupo étnico. O modelo de escola que hoje conhecemos em Angola é resultado da invasão e contato com o ocidente, onde a figura do professor ocupa o lugar de privilégio no processo de educar. Diferente deste, no contexto bantu essa responsabilidade não cabia a uma única figura,mas sim a todos os membros da família e comunidade.

Numa sociedade inclusiva, que se deseja construir em Angola, a diversidade de pessoas

não pode ser obstáculo para a igualdade de direito à educação. Um ano após a celebração da independência, Angola foi admitida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 12 de fevereiro de 1976 e, com isso, passa igualmente a fazer parte da Convenção dos Direitos da Criança (1990). Dessa forma, a educação escolar tornou-se um dos direitos universais da criança nos termos constitucionais.

Apesar desse movimento e esforço do governo, este direito ainda não é exercido para muitas crianças, isto porque grande parte das crianças ainda está fora do processo de escolarização, especialmente aquelas que têm deficiência. No contexto desse público, muitas são as dificuldades no tocante ao acesso aos bens sociais, incluindo a educação. Desse modo, há de se pensar em uma inclusão para todos/as (PATATAS; SANCHES, 2017)

De acordo com o estabelecido no Art. 21, alínea h, pela Constituição da República de Angola (2010), o Estado angolano é o principal promotor e defensor da “[...] igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (ANGOLA, 2010, p. 10). Assim como, garantir que “as políticas públicas no domínio da família, da educação e da saúde devem salvaguardar o princípio do superior interesse da criança, como forma de garantir o seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e cultural”. (Idem, p. 28)

Ainda de acordo com Patatas e Sanches (2017), embora se tenha conseguido aderência de algumas leis ainda assim, essa situação vem sendo um problema para as crianças locais sendo uma dificuldade no dia-a-dia dessas crianças pela ausência de instituições escolares que asseguram esse direito precioso, o direito à educação.

A seguir será apresentado um pouco do contexto da educação especial em Angola.

5.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ANGOLA

Em Angola, segundo dados de 2011, o maior índice de crianças com deficiência física encontra-se na região centro e sul do país, onde o conflito armado (1975-2002) foi mais intenso e o preconceito contra estas crianças é bem real. No entanto, em 2012 foram identificadas 28.456 crianças e jovens (entre o zero e 17 anos de idade) com deficiência, que procuraram assistência social nas diferentes instituições governamentais. Há uma estimativa que aponta em 2%, a existência de crianças com necessidades educativas especiais no total da população. (PATATAS; SANCHES, 2017).

Desta feita há uma visível dificuldade no que concerne à inclusão das crianças com deficiência no ensino, todavia, o governo tem uma responsabilidade para com o sistema político educacional, gestão pública, direitos e garantias fundamentais no tocante a funcionalidade do

sistema público de ensino. Entretanto, as leis da inclusão já existem tanto nos termos da Constituição da República de Angola (CRA, 2010) como na atual Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE) mas não deve ficar somente no papel, é preciso haver efetividade das mesmas, no sentido que a sociedade possa sentir o reflexo da mesma no dia-a-dia. Dessa forma, somente teremos de fato uma educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca da Conferência Mundial de Educação Especial (1994) que por sua vez é representada por 88 governos e 25 organizações internacionais, visa contribuir e reivindicar a educação para as crianças, jovens e adultos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). De acordo ainda com o referido documento, alerta-se para que todos os governos dê prioridade para os sistemas educacionais, no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças independentemente de suas diferenças individuais e que adotem o princípio de educação inclusiva na forma de lei ou política.

Porém, diante dessa declaração há de se notar a importância da mesma para sociedade principalmente para as pessoas com deficiência, sendo que elas são isoladas totalmente do meio social. A educação inclusiva indica, portanto, para a construção de uma sociedade muito mais desenvolvida, sendo esse um processo que deve contar com a participação de todos/as sem exceção e exige atitudes inclusivas de forma a impulsionar o desenvolvimento pleno da sociedade.

Em alguns casos, como verificado em províncias mais distantes, em que não se tem escola especial, a tendência é não albergar crianças com algum tipo de deficiência e essas crianças são obrigadas a permanecer sem estudar, sem ter nenhuma opção de atendimento educacional. A escolarização desses alunos/as dá-se na prática da “lógica integrativa”, com a configuração da “Classe Especial” em escola comum que, por sua vez, carecem de materiais didáticos para poder trabalhar com essas crianças (LUSTOSA; LUCIANO, 2017).

A existência de "Classes Especiais" dentro dessas escolas comuns, embora essas classes possam ser úteis para fornecer apoio personalizado aos alunos com deficiências, isso também levanta a questão da segregação parcial, já que essas crianças estão sendo agrupadas separadamente, a inclusão genuína envolve garantir que todos os alunos se beneficiem das interações em sala de aula e fora dela.

Na província do Namibe situa-se no litoral sul de Angola, o cuidado institucional das crianças com deficiência começa no final do século XX, no ano lectivo 1994/1995, na Escola 4 de Fevereiro no Município de Moçâmedes, com uma turma anexa constituída por apenas (4) quatro alunos e (3) três professores, que lecionaram a classe de iniciação e a 1ª classe. O número de alunos/as foi crescendo, entre 2010 e 2012 rondavam os 550, mas com o início do processo

de inclusão escolar em 2011, esta escola sentiu um decréscimo no ritmo de crescimento do número de estudantes. Isto foi causado pela implementação dos serviços de Atendimento Educacional Especializado, retirando alunos do centro da cidade para as zonas suburbanas, assim em 2013 eram 460 e nos anos seguintes houve oscilações. (PATATAS & SANCHES, 2017).

Diante dessas abordagens podemos ver que o rápido aumento no número de alunos atendidos na escola após seu estabelecimento inicial (de 4 alunos para cerca de 550 entre 1995 e 2012) destaca a demanda reprimida por serviços de educação especial na região. O reconhecimento da necessidade de serviços educacionais especializados e inclusivos é um passo significativo em direção a uma sociedade mais igualitária, onde todas as crianças têm a oportunidade de desenvolver seu potencial, no entanto, é importante continuar a monitorar e adaptar esses programas para garantir que atendam eficazmente às necessidades das crianças com deficiência.

No entanto, a implementação eficaz da educação inclusiva requer pesquisa, políticas apropriadas e recursos adequados, o que nem sempre é fácil de obter em muitos países em desenvolvimento que é o caso de Angola, a falta de pesquisa sobre educação inclusiva em Angola, tanto no âmbito das províncias quanto em todo o país, é um desafio que muitas nações em desenvolvimento enfrentam.

Partindo desse ponto (ANTONIO, 2023) salienta que embora sejam ainda poucas as pesquisas voltadas à educação especial e inclusiva em Angola, a tendência é animadora considerando que a maior parte delas foram formuladas nos últimos cinco anos, uma tendência que pode estar associada a criação da política nacional de educação especial orientada para a inclusão escolar em 2017. O recorte temporal foi de 2018 a 2023. Porém, fica igualmente clara a necessidade de mais pesquisas que considerem fatores globais de fundo que influenciarão nos resultados dessa política, em vista disso, não podemos negar a presença e os direitos dessas pessoas na sociedade.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho esteve voltado diretamente para questões educacionais e inclusivas na província em questão. Os dados colhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram apurados por meio de entrevista online com (2) dois diretores e (1) um professor, todos do sexo masculino. Além de conhecerem a história local, formulou-se um questionário buscando saber

os desafios e percepções da educação inclusiva. Logo abaixo os mesmos são apresentados:

Professor - 32 anos de idade, atua na escola primária Deolinda Rodrigues há 12 anos, docente do 3º ano do ensino primário, e ainda não participou em nenhum curso sobre educação inclusiva e nem sobre a educação especial inclusiva.

Diretor 1 - 34 anos de idade, diretor da escola primária da comuna de Cabuta, tem curso superior em Pedagogia, tem curso em educação especial no magistério primário com carga horária de 12h em três dias.

Diretor 2 - 49 anos de idade. Atua na escola primária, Dr. Antonio A. Neto no município do Libolo, já há 24 anos. Tem curso superior em Ciências da Educação, e participou no Projeto Aprendizagem para Todos (PAT) em 2017, 2018 e 2019 com carga horária de 60 horas.

A seguir apresentamos as respostas dadas pelos nossos informantes.

Pergunta 1 - Como o senhor/a encara a Educação inclusiva em Angola, especificamente na província de Kwanza Sul?

Professor - Em Angola a educação inclusiva ainda precisa de maior atenção porque na sua maioria dos professores não possuem formação para lidar com essa realidade. (Entrevistado 1)

Diretor 1 - Tem sido normal, ainda assim precisa-se mais da formação contínua para maior eficácia na sua aplicação. (Entrevistado 2)

Diretor 2 - A educação inclusiva em Angola é de modo especial na província do Cuanza Sul é uma realidade positiva. Apesar de haver apenas duas escolas feitas, mas todo esforço está sendo feito para que todas as crianças com necessidades educativas especiais estejam incluídas nas classes e turmas normais sem discriminação. (Entrevistado 3)

A falta de formação adequada para lidar com a educação inclusiva é um desafio significativo na região, além disso. Para melhorar a educação inclusiva em Kwanza Sul e em qualquer outro lugar, é fundamental que os governos, as instituições de ensino e os responsáveis pela educação forneçam a capacitação necessária para os professores, é importante que a sociedade como um todo compreenda as complexidades da educação inclusiva.

Segundo os entrevistados, a falta de preparo dos/as professores/as tem sido um grande problema, e seguindo essa linha de raciocínio de acordo com Alfama (2013) salienta que essa situação faz com que os/as docentes tenham que suportar a crítica generalizada daqueles que, sem analisar as circunstâncias criadas externamente, consideram os/as professores/as como responsáveis imediatos pelas falhas do sistema de ensino, a crítica injusta aos professores pode agravar ainda mais a situação, prejudicando a motivação e a capacidade dos docentes de

desempenhar eficazmente seu papel.

Promover a educação inclusiva requer esforços abrangentes, que vão desde a formação de professores até a melhoria da infraestrutura e a conscientização da sociedade, além disso, é essencial que as políticas educacionais priorizem a inclusão e forneçam os recursos necessários para atender às diversas necessidades das crianças, garantindo que nenhuma seja deixada para trás, é um desafio, mas um desafio que deve ser enfrentado para garantir um futuro mais inclusivo e equitativo para todas as crianças em Angola.

Pergunta 2 - Como se dá o atendimento a crianças com deficiência visual?

Professor - As crianças com deficiência visual muitas delas acabam por não frequentar o ensino por falta de escolas especializadas para tal ensino. (Entrevistado 1)

Diretor 1 - Atualmente o hospital municipal tem realizado campanhas em consultas de oftalmologia para ajudar as escolas. (Entrevistado 2)

Diretor 2 - A criança cega ou com baixa visão está privada de um canal de recepção de informação sobre o mundo que a rodeia, por isso necessita de um ambiente estimulante, de mediadores, condições favoráveis à exploração do contexto. No resto estas crianças não são diferentes dos colegas que veem no que diz respeito ao desejo de aprender, aos interesses, à curiosidade, às necessidades gerais de cuidado, afetos, brincadeiras, limites. Devem ser tratados como qualquer aluno no que diz respeito aos direitos, deveres, regras e outros aspectos da vida no entanto, muitas vezes, a família não está suficientemente alertada para os problemas visuais, são fáceis de passar despercebidos, sobretudo, antes da idade escolar ou no início da escolaridade, pelo facto da criança não saber queixar ou não se dedicar a tarefas que lhe exigem a aplicação sistemática da visão. Daí que o professor deve observar cuidadosamente a aparência da criança. (Entrevistado 3)

O governo angolano deve reconhecer que investir em educação é investir no futuro do país, isso inclui garantir que a educação seja acessível e de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica, local de residência ou necessidades específicas.

De acordo com Sartoretto (2011) aponta que a educação em uma sociedade deve ser planejada de forma inclusiva, garantindo que todos, independentemente de suas diferenças, tenham igualdade de acesso. Esse princípio se torna ainda mais essencial quanto mais diverso for o grupo de pessoas, especialmente quando inclui indivíduos com deficiências. Essa perspectiva enfatiza que a inclusão na educação não é apenas uma questão legal, mas um princípio ético que deve ser intrínseco ao sistema educacional. O direito de estar em uma sala de aula ao lado de colegas da mesma idade, independentemente de suas capacidades, é um direito fundamental que precede o direito do professor de ministrar a aula.

A distância que existe entre o discurso político (e não só) sobre inclusão escolar e

educativa com os diferentes cenários reais das escolas nesse quesito, convidam a refletir sobre o quão bem ou não estão sendo feitas as coisas. As políticas públicas devem ser direcionadas para abordar as lacunas na infraestrutura educacional, na distribuição de materiais didáticos, na formação de professores e em outros aspectos críticos do sistema educacional. Isso requer um compromisso substancial e de longo prazo por parte do governo. (ANTONIO, 2023).

Essas melhorias no sistema educacional de Angola podem ter um impacto transformador na vida das crianças e no futuro do país, a educação inclusiva não é apenas uma questão de acesso; é uma questão de qualidade, apoio e igualdade de oportunidades, garantir que cada criança tenha acesso a uma educação de qualidade é um investimento no potencial ilimitado de Angola e uma expressão do compromisso com o bem-estar de todas as crianças.

O segundo entrevistado menciona a iniciativa do hospital municipal de realizar campanhas oftalmológicas para ajudar as escolas, isso é um passo positivo na identificação precoce de problemas de visão em crianças, permitindo intervenções oportunas, essas campanhas podem contribuir para a promoção da saúde visual e garantir que as crianças com deficiência visual recebam o suporte necessário.

Uma criança que já não pode ter uma percepção luminosa ou que tem pouca visão, (pouca acuidade visual), necessita duma formação especial que poderá ajudá-lo a ter uma vida mais ou menos autônoma, para que não fique sempre um peso para a família e a sociedade, mas que possa também desenvolver uma atividade no sentido de contribuir para o bem estar da sua vida pessoal e da sociedade em geral. (BENTO, 1998, p 73).

As crianças muitas vezes não conseguem expressar claramente que estão tendo dificuldades visuais, essas campanhas oftalmológicas ajudam a identificar problemas de visão em estágios iniciais, permitindo intervenções precoces.

Pergunta 3 - Quais são os maiores desafios que vocês encontram para a execução de uma educação inclusiva?

Professor - Formação de quadros, construções de escolas especiais em todos territórios do país, o uso de equipamentos nas aulas com alunos com deficiência visual. (Entrevistado 1)

Diretor 1 - Foi de olhar todos alunos num só ângulo como pessoa de direito e membro da sociedade (Entrevistado 2)

Diretor 2- Os maiores desafios encontrados na educação inclusiva estão directamente ligada a questões práticas, que posso citar como: Aceitar a diversidade e as diferenças; beneficiar todos os alunos e não apenas os excluídos, defendendo o ensino diferenciado; admitir na escola regular as crianças que se possam sentir excluídas; promover igual acesso à educação ou tomar algumas medidas para certos grupos de

crianças sem as excluir. (Entrevistado 3).

As respostas dos entrevistados destacam questões críticas e fundamentais no contexto de implementação da educação inclusiva, ilustram a complexidade da educação inclusiva, ela vai muito além da simples presença de alunos com deficiência nas salas de aula, envolve a criação de um ambiente que atenda às necessidades variadas de todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou limitações, isso requer uma abordagem multifacetada e investimentos.

Num país pós-conflito, como é Angola, a inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais constitui um caminho cheio de desafios que a presente crise económica não ajuda, ou melhor, dificulta o progresso almejado neste setor. Sendo que a política nacional de educação especial perspetiva uma escolaridade cada vez mais inclusiva, com vista à integração social, evitando a exclusão das crianças com necessidades educativas especiais e favorecendo desse modo o desenvolvimento das competências de cada criança, concedendo oportunidades para que possa exercê-las dentro da escola, família e sociedade. (PATATAS e SANCHE, 2017)

Pergunta 4 - Como o senhor avalia o atendimento ou investimento que o governo angolano tem dado à educação especial?

Professor - Muito pouco, porque em Angola existem poucas escolas especiais no Cuanza sul só na sua capital do Sumbe onde podemos encontrar tal escola. (Entrevistado 1)

Diretor 1 - Tem sido normal. Precisa-se mais da sua expansão no que toca às zonas recônditas dada as vias de acesso. (Entrevistado 2)

Diretor 2 - Relativamente à questão, importa dizer que o sistema de educação e ensino tem carácter universal pelo que todos os indivíduos têm direitos iguais no acesso na frequência e no sucesso escolar nos diversos níveis de ensino desde que sejam observados os critérios de cada subsistema de ensino, assegurando a inclusão social a igualdade de oportunidades e a equidade, bem como a proibição de qualquer forma de discriminação. Uma análise histórica de educação especial em Angola permite verificar que, apesar de situações sócio-históricas muito específicas, o percurso é longo e ainda assim importa destacar que só a partir de 2002, com o advento da paz, o sistema começou a merecer atenção especial. Até em 2003 só existiam duas escolas especiais, actualmente a rede escolar é composta por 12 unidades, sendo duas em Luanda, uma em Benguela, e igual número na Huíla, Bengo, Lunda Sul, Namibe, Malange Huambo, Cuanza-Sul, Cuando Cubango e Cunene ainda em construção de mais em Cabinda, Bié, Uíge e Cuanza Norte. Logo nota-se grande preocupação e interesse do estado angolano na implementação da educação especial. (Entrevistado 3)

É tão curioso que o termo “escolas especiais” aparece quase sempre em todos os depoimentos coletados. Seria curioso se não fosse uma certa “expectativa” de resolução da

questão que não é um problema, e sim um dado a ser trabalhado cotidianamente. No entanto, Pembele (2022) aponta que nas sociedades contemporâneas, como no caso de Angola, o governo aparece como o principal gestor do fundo público e promotor de valores culturais de abrangência nacional e também é o garantidor da segurança pública, assessorado pelo Estado, mas a falta de atenção à educação, especialmente a inclusão, afetam de modo geral, a estrutura da educação do país assim como da sociedade.

Como referenciam António, Mendes e Lukombo (2023) em pesquisa realizada sobre os desafios do direito à educação angolana em tempos da pandemia da Covid-19, cerca de 29% das crianças, representando quase dois milhões de crianças em idade escolar dos 5 aos 11 anos, ficaram sem frequentar o ensino primário, tendo como principal fator, a insuficiência de vagas, que se resume no déficit de escolas e professores para atender a demanda existente.

No geral, as respostas dos entrevistados destacam a importância de continuar a investir na expansão e melhoria da educação inclusiva em Angola, a fim de garantir que todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou localização geográfica, tenham a oportunidade de acessar uma educação de qualidade.³²

Nesta perspectiva, o Ministério de Educação de Angola tem como compromisso impulsionar a transformação do seu sistema educativo para que se consolide a educação inclusiva nas 18 províncias do País, prevendo-se que todos os alunos possam participar e beneficiar com sucesso dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem. (LUCIANO, 2014, p. 75).

Embora o Estado tenha estabelecido políticas que garantem o direito à educação inclusiva, a falta de escolas inclusivas e a ausência de equipamentos didáticos adequados mostram que, na prática, existem obstáculos significativos para que as crianças com deficiência visual acessem uma educação de qualidade.

Pergunta 5 - Como se dá a formação dos professores para a educação especial inclusiva?

Professor - Os professores são formados de acordo com alguns seminários de capacitação e outros são enviados para fora do país para receber tal formação (Entrevistado 1)

Diretor 1 - Negativo. Apenas a formação do professor é adaptação para todos estes casos que encara a realidade. (Entrevistado 2)

Diretor 2 - Capacitar, formar e apoiar os professores para responderem à diversidade dos seus alunos é condições necessárias para que a sala de aula seja uma sala de inclusão. A formação inicial deve ser a preparação de dotar cada futuro docente, de um conjunto de ferramentas científicas e pedagógicas que lhe permitam compreender a importância dos processos inclusivos no reconhecimento dos direitos individuais e coletivos. Por isso, hoje o currículo que qualquer curso de formação de professores tem já uma disciplina de necessidades educativas especiais ou educação especial, com esta ou outra designação, O professor deve, à saída EFP, dos magistérios primários ou dos ISCED, trazer um olhar reflexivo sobre a diversidade dos alunos com que vai

trabalhar e ser capaz de organizar e gerir a sala de aula. (Entrevistado 3)

De acordo com a reflexão de Alfama (2013), a inclusão na educação é abordada de maneira complexa e multifacetada, ela descreve como a inclusão pode ser percebida de maneiras distintas: como uma "pedra" pesada, denotando um fardo. A autora convida os leitores a refletirem sobre quem está impondo essa "batata quente" aos professores e profissionais da educação. Isso destaca a importância de entender a origem das políticas de inclusão e quem são os responsáveis por sua implementação, é essencial reconhecer que a inclusão é um princípio valioso, mas enfrenta desafios práticos que precisam ser abordados.

Diante disso, é imprescindível que haja uma expansão do currículo de formação de professores, isso inclui a incorporação de diversas disciplinas relacionadas à educação inclusiva, o fornecimento de treinamento prático em ambientes de ensino inclusivos e um foco nas melhores práticas para atender às necessidades de todos os alunos. Partindo desse ponto António, Mendes e Lukombo (2023) salientam que em relação aos professores sem formação inicial, mostraram-se menos seguros na sua análise sobre o problema da atenção à diversidade. Alguns reconhecem o caráter de riqueza que a diversidade representa na sala de aula, mas alguns assumem saber pouco ou nada sobre o assunto.

De acordo com o entrevistado três (3) menciona que tem uma (1) disciplina que aborda a educação inclusiva que torna uma iniciativa positiva, mas apenas uma disciplina, por si só, não é suficiente para abordar todas as complexas questões associadas à inclusão, a inclusão vai além de uma mera compreensão das necessidades de crianças com deficiência. A última questão colocada aos/as nossos informantes foi: *Aponte sugestões para melhor a Educação Inclusiva em Angola*. E tivemos as seguintes respostas dos nossos entrevistados.

Professor - Construção de mais escolas especiais, equipar as salas com materiais próprios para cada aula, apostar na formação de quadro e maior acompanhamento dos alunos com algumas deficiências (Entrevistado 1)

Diretor 1 - Construção de centros de formação específica; alargamento da rede de ensino para além da zona urbana. (Entrevistado 2)

Diretor 2 - O dever do estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo as sugestões: Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; aprendizado ao longo de toda a vida; não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento educacional e social, de acordo com a meta de inclusão plena; oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino. (Entrevistado 3)

As respostas dos entrevistados demonstram um alinhamento notável em relação à importância da Educação Inclusiva em Angola, todos os entrevistados compartilharam preocupações similares e enfatizaram a necessidade de abordar as questões relacionadas à inclusão na educação. Ficou evidente que, embora haja uma compreensão geral sobre a importância da inclusão, o desafio real reside na implementação efetiva das políticas e leis relacionadas à Educação Inclusiva, é crucial que essas políticas saiam do papel e se tornem ações práticas que beneficiem os alunos com deficiência e promovam um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

Os entrevistados apontaram vários desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva em Angola, incluindo a falta de infraestrutura, carência de escolas, falta de preparo dos professores e a necessidade de equipamentos adequados para crianças com deficiência. A formação de professores foi destacada como uma área crucial que precisa de mais atenção, para lidar com alunos com necessidades especiais foi mencionada como um desafio significativo. De acordo com uma pesquisa feita por António, Mendes e Lukombo (2023) que procurou compreender o estado atual da preparação de professores do ensino primário no que diz respeito à diversidade em salas de aula no Município do Soyo constatou-se que os professores com formação inicial reconhecem que a sua formação não faz ênfase a problemática da atenção à diversidade e inclusão educacional.

Por isso, defendem uma formação docente mais geral no sentido de abranger os mais diversos temas transcendentais à educação atual e, na mesma ocasião, defendem a inserção ao currículo da formação de professores de disciplinas específicas sobre inclusão educacional e a existência de um profissional de apoio especializado dentro da escola.

De acordo com Matos (1998) é a escola que primeiramente deve fornecer esses espaços para essas pessoas, a escola necessita de espaços amplos e bem organizados, necessidade ser um pólo educativo dinâmico que disponha de meios materiais financeiros altura da nobre missão que lhe é confiada, no sentido de aprimorar o conhecimento e desenvolvimento dessas crianças.

A capacitação dos professores é vista como essencial para os entrevistados demanda tempo e investimento em educação contínua, a garantia de que todos os educadores tenham acesso a essa formação pode ser um desafio logístico e financeiro. As diretrizes de inclusão e igualdade de oportunidades, apresentadas pelo Diretor 2 refletem um compromisso com a promoção de uma sociedade mais justa, a não exclusão de alunos com deficiência do sistema educacional geral e a oferta preferencial de educação especial na rede regular de ensino ajudam a combater o estigma e a discriminação.

Os principais resultados da discussão desta pesquisa levam ao reconhecimento da necessidade de uma transformação do sistema educativo e, especialmente, das escolas, visando atender as demandas de uma educação mais inclusiva em Angola. A formação de professores é uma questão transcendental para responder à diversidade dos alunos que estão presentes em sala de aula.

Portanto, a preocupação da educação inclusiva busca flexibilizar e transformar as práticas pedagógicas e a organização das escolas para atender às diversas necessidades educativas dos alunos e que são consequência de múltiplos fatores. (ANTÓNIO, MENDES E LUKOMBO, 2023).

Essas observações sugerem a importância de ações concretas para garantir a efetiva implementação da educação inclusiva, o que envolve um compromisso contínuo do governo, investimentos em formação de professores e a promoção de igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Em resumo, os resultados indicam que a educação inclusiva em Angola, especialmente em Kwanza Sul, enfrenta desafios significativos relacionados à falta de formação de professores, infraestrutura inadequada e acesso limitado para crianças com deficiência. As sugestões dos entrevistados incluem investir em escolas especiais, fornecer formação contínua e promover a inclusão em todo o sistema educacional, esses resultados ressaltam a importância de ações efetivas por parte do governo e da sociedade para garantir uma educação inclusiva de qualidade em Angola.

Como referenciam António, Mendes e Lukombo (2023) observou-se que à percepção da prática em sala de aula em Angola, os professores com formação inicial reconhecem a diversidade como representação de riqueza e variedade, e uma oportunidade de implementar metodologias diversificadas de ensino em sala de aula, ao passo que professores sem formação inicial defendem principalmente que os alunos com necessidades de apoio educacional sejam transferidos para uma escola especial.

No entanto a evolução da educação especial e inclusiva varia significativamente entre países desenvolvidos e países menos desenvolvidos, nos países mais avançados, há um questionamento em curso sobre a separação entre escolas especiais e regulares, com ênfase na eficácia e nos direitos humanos, conforme apontado por Ainscow (2009). Por outro lado, em muitos países menos desenvolvidos, principalmente na região da África Subsaariana, a separação entre essas práticas ainda não é objeto de questionamento político, isso resulta em diferentes abordagens e níveis de progresso na implementação da educação especial e inclusiva em todo o mundo.

Essas recomendações refletem a importância de investimentos em recursos humanos e infraestrutura, bem como o comprometimento das políticas públicas com a criação de um ambiente educacional mais inclusivo, a superação desses desafios exigirá esforços contínuos e colaborativos para criar um ambiente onde cada criança possa alcançar seu potencial máximo, como: Investida na formação pedagógica; descolamento da ideia de que a saúde é importante mas que a educação tende a favorecer a inclusão; repensar a concepção de uma inclusão que passe pelas escolas especiais mas que não se concentram nelas, apenas, como os depoimentos mostram; uma percepção de que escolas especiais “retiram” dos gestores, professores e famílias suas responsabilidades com as pessoas deficientes no sentido de tê-las no convívio social da escola e em todas as instâncias da sociedade.

7 CONCLUSÕES

Após a realização desta pesquisa é possível afirmar que há uma insatisfação como sistema educacional angolano, principalmente na área da inclusão das crianças com deficiência no município de Libolo, logo as causas de exclusão não diz só sobre essas crianças podemos ver que a exclusão tem raízes profundas na estrutura da educação que vem se construindo em Angola.

Assim, a falta de investimento na educação bem a ausência da formação de professores/as na rede, voltada à educação especial inclusiva e não só, acaba por afetar negativamente o processo de inclusão das crianças, em destaque para aquelas com deficiência, torna o ensino ainda mais fragilizado, o despreparo, a falta de formação, de materiais didáticos e falta de condições mínimas afetam diretamente a educação.

Para termos uma educação inclusiva em Angola não podemos olhar como solução, apenas a construção de mais escolas, mas sobretudo o investimento na formação contínua dos/as professores para que pudessem lidar com os/as estudantes considerando suas especificidades educativas.

A observação feita pelo entrevistado (3) sobre a presença no currículo dos cursos de formação de professores se tem apenas uma disciplina de necessidades educativas especiais ou educação inclusiva, é de extrema importância refletir sobre a urgência de ampliar a abordagem da Educação Inclusiva dentro da grade curricular. Essa ampliação é crucial para preparar os futuros educadores de maneira mais profunda de igual modo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) que tem a disciplina de Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva que é de apenas 30h que por sua vez não dá conta de sua proposta de conteúdos.

Dessa forma, é possível afirmar que a formação de professores é uma das peças-chave no quebra-cabeça da educação inclusiva, professores/as bem preparados desempenham um papel fundamental

na criação de um ambiente de sala de aula onde todos os alunos se sintam valorizados e apoiados em suas jornadas de aprendizado, além de aumentar o tempo dedicado à educação inclusiva na formação de professores, é essencial que essa formação seja prática e atualizada.

Uma educação de qualidade vai além das salas de aula, para que as crianças possam prosperar e alcançar seu pleno potencial é necessário considerar uma série de fatores que contribuem para seu desenvolvimento. Isso inclui bibliotecas bem equipadas para estimular a leitura e a pesquisa, serviços de apoio psicopedagógico para ajudar os alunos com dificuldades específicas, refeitórios que fornecem alimentação adequada para garantir a saúde e o bem-estar das crianças, sistemas de transporte escolar para garantir que os alunos possam chegar à escola com segurança e materiais didáticos de alta qualidade. Esses elementos juntos criam um ambiente propício para o aprendizado e o crescimento das crianças.

É importante destacar que a melhoria do sistema educacional é um desafio complexo que requer colaboração entre o governo, educadores, e toda a sociedade, a educação é o alicerce sobre o qual um país constrói seu futuro, e investir nesse alicerce é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais equitativa, inclusiva e próspera, a necessidade de garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade é uma prioridade que não pode ser ignorada.

É fundamental destacar a dificuldade de obter dados precisos e informações abrangentes sobre o número de crianças com deficiência visual na província, essa dificuldade reflete a carência de pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre Educação.

Inclusiva em Angola, o que, por sua vez, resulta na falta de informações cruciais sobre o estado atual da inclusão educacional no país. Para abordar essa lacuna de dados e conhecimento, planejo continuar com este trabalho, expandindo a pesquisa para coletar informações diretamente dos hospitais locais da província, o objetivo é mapear e obter um número mais concreto de crianças com deficiência visual que atualmente não estão matriculadas no sistema educacional.

Por fim, esta pesquisa visa contribuir para a compreensão e aprimoramento da educação inclusiva em Angola, impulsionada pela preocupação com o sistema educacional e inclusão no país. Ela é uma tentativa de fornecer uma base sólida para futuros estudos e esforços de melhoria na área da educação em Angola.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In:FÁVERO, O. et al. Tornar a educação inclusiva. Brasília: Unesco, 2009. p. 11- 23. Acesso em junho 2023.
- ALFAMA, Zezinha, Escola Inclusiva em Cabo Verde – (in) diferente, eu? Paginação, Impressão e Acabamento: Tipografia Santos, Lda-2013 ISBN: 978-989-20-3914-5.
- ANTÓNIO, A.; MENDES, G. M. L.; GONZÁLEZ, O. H. Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017). Curitiba/PR: Educar em Revista, v. 37, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77223>. Acesso em junho 2023
- ANTÓNIO, A.; MENDES, G. M. L.; LUKOMBO, G. Os desafios do direito à educação angolana durante a pandemia: do maldito vírus às benditas (necessárias) mudanças emergentes. Educação, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e61/1–25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/68045>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- ANTÓNIO, António. Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar em Angola: Atuação e Recontextualização dos Gestores Educativos e Escolares na Província do Zaire. 2023 Tese (Doutorado) Universidade Do Estado De Santa Catarina – UDESC. Florianópolis. Acesso em outubro 2023
- ANGOLA. Constituição da República de Angola. Assembleia Constituinte: Luanda/Angola,2010.
- ANGOLA. Lei de Base do Sistema Educativo Angolano. Lei de Base do Sistema de Educação Nº 13/01 de 31 de dezembro. Assembleia Nacional: Luanda, 2001.
- ANGOLA. Lei de Base do Sistema Educativo Angolano. Lei de Base do Sistema de Educação Nº 32/20 de 12de agosto de 2020. Assembleia Nacional: Luanda, 2020.
- BRASIL, Presidência da República do Brasil. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.
- CAMARA, Boubacar. Aprender de mãos dadas ou Construir a paz e solidariedade no espíritodos jovens angolanos. In: CAMARA. Boubacar. Necessidades Educativas Especiais em Angola, 1998. UNESCO-BREDA Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/necessidades-educativas-especiais-em-angola-periodo-deconstrucao-da-paz.html>. Acesso em 05 de set. de 2020.

- CORREIA, Danilo. Educação inclusiva em Guiné-Bissau 2009 a 2019: Trajetórias escolares e ausência do estado, 2017. Disponível em: . Acesso em: 10 nov.2019.
- CRESWELL, John W. PROJETO DE PESQUISA: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 3a edic. Porto Alegre, 2010. Acesso em junho 2020
- Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível: em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.
- LUCIANO, Lucas. Iº Congresso Cabo-Verdiano de Educação Inclusiva: Desafiando os Caminhos da Educação Inclusiva em Cabo-verde 2014.
Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6298653-Desafiando-os-caminhos-da-educacao-inclusiva-em-cabo-verde.html>>. Acesso 16 out 2019.
- INE. Projeção da população província do do cuanza sul Luanda, Angola, 2016
- GIL, Carlos Antônio. Métodos e Técnicas de pesquisa social. 6a edição, São Paulo, atlas S.A.2010. Acessado em 16 jan. 2020.
- LUSTOSA, Geny Francisca e LUCIANO, Lucas. Cenário Atual De Angola Em Face Da Implementação Da Educação Inclusiva 2011.Pp, 1 -10.
Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhos/Completos/comunioe sRelatos/0197.pdf](http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhos/Completos/comunioe%20sRelatos/0197.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2019
- MARCONI, Andrade de Marina, LAKATOS, Maria Eva. Metodologia Científica 5a Ed, São Paulo, editora Atlas SP 2010 Acesso em: 15 janeiro 2020.
- MINAYO, Sousa de Cecília Maria. Pesquisa Social. 21a edição. Petrópolis (2002) disponível em: <[file:///C:/Users/cce% 20 info/Downloads/pesquisa-social% 20 MINAYO.pdf](file:///C:/Users/cce%20info/Downloads/pesquisa-social%20MINAYO.pdf)>
Acesso em: 15 jan. 2020.
- PATATAS, Teresa e SANCHES Isabel. Desafios da Educação Especial infantil em Angola. Disponível em:
<https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/8601/1/Desafios%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- PEMBELE, Gilson Lubalo. As políticas de alfabetização para a educação de adultos no contexto pós-independência em Angola. 2022. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis/SC.
- ROCHA, Batista de Oliveira Artur, O papel do professor na educação inclusiva, Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, julho /Dez 2017. Disponível em
<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DOPROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf> Acesso em: 22 out. 2019.

UNICEF, (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 1976. Disponível em:
<<https://www.unicef.org/angola/o-que-fazemos-em-angola>> Acesso em: 27 jan. 2020.

SARTOREO Mara Lúcia Os Fundamentos da Educação Inclusiva 2011 Disponível em
https://assistiva.com.br/Educa%c3%a7%c3%a3o_Inclusiva.pdf

ZAU, Filipe. Trilhos para o Desenvolvimento, Universidade aberta Lisboa 2002, 308 p.
disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/442>>: Acesso em: 15
jan.2020.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

II - QUESTIONÁRIO

Identificação:

Sexo:

Idade:

Habilitação acadêmica:

Tempo de exercício na escola: Religiosidade:

Raça/Cor

III - QUESTIONÁRIO

Participação em curso sobre a Educação Inclusiva: () sim. Quando? Onde?

Carga horária? () Não

IV - QUESTIONÁRIO

Como o senhor/a encara a Educação inclusiva em Angola, especificamente na província de Kwanza Sul?

Como se dá o atendimento a crianças com deficiência visual?

Quais foram os maiores desafios encontrados na educação Inclusiva?

Como o senhor avalia o atendimento ou investimento que o governo angolano tem dado à Educação Especial?

Como é a formação dos professores com relação à educação especial?

Aponte sugestões para melhorar a Educação Inclusiva em Angola?

APÊNDICE B - Respostas da entrevista com o diretor

II

Piedade Manuel

Masculino

49 anos

3º ano e 1º sem. do 4º ano em Ciências de Educação na modalidade a distancia na UCB-Universidade Católica de Brasília

24 anos de serviço.



de um conjunto de ferramentas científicas e pedagógicas que lhe permitam compreender a importância dos processos inclusivos no reconhecimento dos direitos individuais e colectivos. Por isso, hoje, o currículo que qualquer curso de formação de professores tem já uma disciplina de Necessidades Educativas Especiais ou de Educação Especial, com esta ou outra designação. O professor deve, à saída das EFP, dos Magistérios Primários ou dos ISCED, trazer um olhar reflexivo sobre a diversidade dos alunos com que vai trabalhar e ser capaz de organizar e gerir a sala de aula.

6-O dever do estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efectivado de acordo as sugestões:

- Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- Aprendizado ao longo de toda a vida;
- Não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- Garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- Oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efectiva educação;
- Adoção de medidas de apoio individualizadas e efectivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento educacional e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- Oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino.

Cont: 926420179/923874584

Email: piedademanuel@hotmail.com
piedade.manuel@yahoo.com.br



APÊNDICE C - Respostas da entrevista com o diretor.



IDENTIFICAÇÃO:

SEXO: Masculino

IDADE: 34 anos

FORMAÇÃO GRADUAÇÃO: Pedagogia (UCB)

TEMPO DE EXERCÍCIO NA ESCOLA: 1 ano

RELIGIOSIDADE: Católica

RAÇA/COR: Negra

Isalino da Silva (00095472KS034)

II-

PARTICIPAÇÃO EM CURSO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA:

(X) SIM. QUANDO? ONDE? CARGA HORÁRIA?

Agosto de 2021. Mestrado Primário;
12 horas (3 dias)

() NÃO

III - QUESTIONÁRIO

1- Como o(a) senhor(a) encara a educação inclusiva em Angola, especificamente na província de Kwanza Sul?

Tem sido normalidade assim, pre-
cisa-se mais da formação contínua
para maior eficácia na sua aplicação.

2- Como se dá o atendimento a crianças com deficiência visual?

Atualmente é hospital, Municipal, tem
realizado campanhas em consultas de
oftalmologia para ajudar as escolas.

3- Quais foram os maiores desafios encontrados na educação inclusiva

Falta de olhar todos os alunos num
seu círculo com a pessoa de dentro e
mentes da sociedade.

4- Como o senhor avalia o atendimento ou investimento que o governo angolano tem dado à educação especial?

Tem sido normal. Precisa-se mais
de sua expansão no que toca as zonas
recônditas dada as condições de acesso.

5- Como é a formação dos professores com relação à educação especial?

Negativa. Apenas a formação de Trp.
passa e sem adaptação para estes tipos
casos que encara a realidade.

6- Aponte algumas sugestões para melhorar a Educação Inclusiva em Angola

Construção de Centros de Formação
específica; alargamento da rede de ensino
para além da zona urbana.

APÊNDICE D - Respostas da entrevista com o professor

Escola Primária Deolinda Rodrigues
 Nome: Cardoso Joaquim Ramos

IDENTIFICAÇÃO

SEXO: *Masculino*

IDADE: *32*

FORMAÇÃO/GRADUAÇÃO: *32 Anos / Ensino Primário.*

TEMPO DE EXERCÍCIO NA ESCOLA: *12 Anos*

RELIGIOSIDADE: *EFÉPA BDM-DEUS.*

RAÇA/COR: *Negra.*



II-

PARTICIPAÇÃO EM CURSO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA:

(-) SIM. QUANDO? ONDE? CARGA HORÁRIA?

(X) NÃO

III - QUESTIONÁRIO

1- Como o(a) senhor(a) encara a educação inclusiva em Angola, especificamente na província de Kwanza Sul?

Em Angola a educação inclusiva ainda precisa de maior atenção porque na sua maioria dos professores não possui formação para lidar com esta realidade.

2- Como se dá o atendimento a crianças com deficiência visual?

A crianças com deficiência visual muitas delas acabam por não frequentar a escola por falta de escolas especializadas para tal destino.

3- Quais foram os maiores desafios encontrados na educação inclusiva

- Formação de professores, construção de salas especiais em todo território do país, e falta de equipamentos nas aulas com alunos com deficiência visual.

4- Como o senhor avalia o atendimento ou investimento que o governo angolano tem dado à educação especial?

Muito pouco, porque em Angola existe poucas escolas especiais, na Kwanza Sul só na sua capital de Luanda onde podem encontrar tal escola.

5- Como é a formação dos professores com relação à educação especial?

Os professores são formados de acordo alguns seminares de capacitação e outros são enviados para o país para receber tal formação.

6- Aponte algumas sugestões para melhor a Educação Inclusiva em Angola

- Construção de mais escolas especiais, equipar as salas com materiais próprios para cada aula, apostar na formação de professores e maior acompanhamento dos alunos com (ou) algumas deficiência.

APÊNDICE E - - Termo de consentimento – Diretor

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador (a) responsável o(a) aluno(a) de graduação Celina Isabel André Arcanjo do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, que pode ser contatado pelo e-mail celinaarcanjo28@gmail.com e pelo telefone (85) 9820-18482. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Professores e Diretor, visando, por parte do(a) referido(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso intitulado "Educação Inclusiva Da Criança Com Deficiência Visual No Município De Libolo, Província De Kwanza Sul - Angola". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida a partir de minhas experiências na área. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos poderão ser divulgados, com prévia autorização e friso que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Eu, Piedade Manuel, portador (a) do documento de identidade 000503668K5030 49anos, fui informado (a) dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

APÊNDICE F - – Termo de consentimento - Diretor

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador (a) responsável o(a) aluno(a) de graduação Celina Isabel André Arcanjo do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, que pode ser contatado pelo e-mail celinaarcanjo28@gmail.com e pelo telefone (85) 9820-18482. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Professores e Diretor, visando, por parte do(a) referido(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso intitulado "Educação Inclusiva Da Criança Com Deficiência Visual No Município De Libolo, Província De Kwanza Sul - Angola". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida a partir de minhas experiências na área. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos poderão ser divulgados, com prévia autorização e friso que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Eu, Isalino da Silva, portador (a) do documento de identidade 000954172KSD34, 34 anos, fui informado (a) dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

APÊNDICE G - -- Termo de consentimento - professor

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador (a) responsável o(a) aluno(a) de graduação Celina Isabel André Arcanjo do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, que pode ser contatado pelo e-mail celinaarcanjo28@gmail.com e pelo telefone (85) 9820-18482. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Professores e Diretor, visando, por parte do(a) referido(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso intitulado "Educação Inclusiva Da Criança Com Deficiência Visual No Município De Libolo, Província De Kwanza Sul - Angola". Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será respondida a partir de minhas experiências na área. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos poderão ser divulgados, com prévia autorização e friso que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Eu, Bardoto Joaquim Ramos, portador (a) do documento de identidade 004669233 K5045, 32 anos, fui informado (a) dos objetivos desta entrevista de maneira clara e declaro que concordo participar.

